

OS JOVENS E O ENTENDIMENTO SOBRE DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE

*Denise Martins Américo de Souza*¹³⁹

*Kendra Joy Thomas*¹⁴⁰

RESUMO

A proposta do artigo é apresentar uma breve percepção de jovens estudantes sobre o conceito de Democracia e Solidariedade. As informações foram coletadas através de questionários respondidos por jovens, alunos do ensino básico- 9º ano do ensino fundamental anos finais e ensino médio. Buscou-se entender como o jovem percebe na atualidade as ações de solidariedade e democracia. A pesquisa foi realizada em parceria com da Unifil- Centro Universitário Filadélfia e a Universidade de Indianápolis- EUA.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia e Solidariedade. Linguagem e Discurso. Jovens.

ABSTRACT

The proposal of the article is to present a brief perception of young students about the concept of Democracy and Solidarity. The information was collected through questionnaires answered by young people, students of basic education - 9th year of elementary school final years and high school. It was sought to understand how the young person perceives in the present day the actions of solidarity and democracy. The research was conducted in partnership with the Unifil - University Center Philadelphia and the University of Indianapolis - USA.

KEYWORDS: Democracy and Solidarity. Language and Speech. Young.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE DEMOCRACIA E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. 2.1 O DISTANCIAMENTO ENTRE A LINGUAGEM E O DISCURSO NAS CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS DEMOCRÁTICAS. 3 A PESQUISA E AS PERCEPÇÕES DE JOVENS SOBRE DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE. 3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA. 3.2 RESULTADOS DA PESQUISA. 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

95

1 INTRODUÇÃO

Democracia, termo usado cotidianamente em vários lugares, senão em todos, do mundo.

Ao se falar em Democracia é importante a consideração de dois elementos de extremo significado: o Direito e a Política.

O primeiro elemento apresenta caráter normativo e se legitima na busca de soluções, no mediar de conflitos ou, ainda, no estabelecer de meios, através de regramentos, para eu sejam atendidas as necessidades legais do cidadão.

A política, por sua vez, aponta para o caráter da identidade de ação do indivíduo

139 Doutoranda em Educação (UEM-Universidade Estadual de Londrina); Doutoranda em Teologia (Universidade de Western-EUA), Mestre em Educação (UEL-Universidade Estadual de Londrina), Graduada em História (UEL-Universidade Estadual de Londrina), Docente do curso de Direito e Teologia da UNIFIL (Centro Universitário Filadélfia - Londrina).

140 Ph.D. em Psicologia; Docente na Universidade Indianápolis- EUA.



no contexto democrático, ou seja, a relação que o indivíduo mantém com as instituições e demais cidadãos. Em tal relação o direito se legitima, estabelecendo parâmetros e limites para o cumprimento de normas em um sistema de regramento legal.

Na atualidade do momento brasileiro, em que despontam e recebem grande atenção situações de conflito e contínuas crises institucionais, os discursos sobre Democracia e Estado Democrático de Direito se tornam lugar-comum nas discussões de políticos, magistrados, líderes religiosos, sociedade civil, com o aprofundamento dos debates e apresentação de novas nuances sobre tais assuntos e outros que surgem em decorrência deles.

Vários são os questionamentos acerca da matéria, e dentre eles um que se coloca está relacionado diretamente aos fatos que permeiam a crise institucional: se tais momentos acontecem com regularidade, como garantir que a norma jurídica alcançará o indivíduo, ou o continuará alcançando, mantendo-o em uma relação democrática em sociedade?

Ainda outro exsurge, naturalmente, para ser estudado e discutido, e trata do momento ou da forma como acontece a percepção do indivíduo sobre a Democracia em si, levando-o a ter uma conduta que expresse tal entendimento de que a Democracia se acerca de normatização, e que a aplicação das normas legais contribui para a própria manutenção e fortalecimento democrático.

A solidariedade, apresentada na percepção de tais jovens no espaço escolar, seja público ou privado, revela como entender a presença do outro e que tipo de ação se tem na coletividade.

96

Essa proposta de estudo e discussão do tema compõe a pesquisa, desenvolvida pela Unifil – Centro Universitário Filadélfia, da cidade de Londrina, em parceria com a Universidade de Indianápolis-EUA, em continuidade ao projeto que teve início no ano de 2016.

2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE DEMOCRACIA, ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SOLIDARIEDADE

No início deste artigo, dissemos que a linguagem do discurso dos políticos, magistrados, líderes religiosos, sociedade civil, em meio ao contexto de crise política e econômica brasileira tem se voltado para cobranças de ações democráticas como cumprimento da legislação ou o estabelecimento da ordem.

Porém, pode-se perceber na própria linguagem utilizada que o discurso de democracia não se coaduna com a busca de um bem maior e comum a todos; na maioria das vezes é exatamente o contrário disso que acontece, lançando em público uma mensagem unilateral, que atende apenas e tão somente a interesses específicos de grupos e pessoas específicas, afastando do discurso o interesse da maioria, onde deve se legitimar a Democracia.

É nesse contexto que o autor Brancato (2011, p.93) manifesta que “[...] a expressão ‘democracia’ deixou de significar uma forma de governo para definir um regime político”. Ainda para o autor o Estado é democrático quando se subordina ao direito que, por sua vez, se enquadra nos princípios do regime democrático.

Esse conceito é legitimado pelo texto constitucional vigente, que afirma em



seu artigo 1º:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Sendo assim, deve-se entender que a Democracia está diretamente relacionada ao cidadão, que é partícipe da gestão do Estado, mesmo que de maneira indireta, através de representantes escolhidos pela coletividade de cidadãos para fazer valer seus direitos.

O aspecto “Cidadão” toma vulto e importância para o reconhecimento da própria existência da Democracia, vale dizer: sem povo, sem “*demo*” - e sem “*kratia*” (Democracia).

De acordo com Carvalho (2008), a cidadania exercida democraticamente garante Direitos Civis (direitos e igualdade); Direitos Políticos (participação do cidadão através da escolha daqueles que o representam e aos seus interesses); Direitos Sociais (dos quais participam os direitos à educação, saúde, trabalho, e etc.), estes últimos inseridos na Constituição Federal vigente (1988), em seu artigo 5º.

Seguindo nessa linha de pensamento, as pessoas se tornam cidadãs à medida que se sentem parte de uma nação; o que - por sua vez - deve garantir-lhes o exercício da Democracia e a legitimação do Estado Democrático de Direito.

O sentimento provocado no indivíduo quando se sente participante e pertencente ao grupo ou nação é o de solidariedade. É a partir deste entendimento que o indivíduo se percebe tomando decisões e fazendo parte das que são tomadas em seu País, Estado, Município, Cidade, Bairro.

Para o autor Tosi (2000), que fundamenta os seus argumentos em Durkheim, as representações coletivas são o resultado de colaboração. Esta colaboração, por sua vez, é fruto da contribuição de cada um, participando com sua parte e combinando os sentimentos entre si com a geração de algo novo, e por fim se transformando em outra coisa; a chamada consciência coletiva só existe através das consciências particulares.

A solidariedade só se realiza no indivíduo e através dele. Podemos considerar aqui o sentido de solidariedade que foi expressado por Tosi (2000) citando Durkheim: solidariedade orgânica, cada um exerce sua função na sociedade e contribui para o todo; e solidariedade mecânica, onde os indivíduos compartilham dos mesmos valores e agem de modo individualista.

Portanto, o que buscamos no aspecto social sobre os meios democráticos são indivíduos que respeitem as diferenças uns dos outros, convivam de maneira tolerante e sejam solidários no sentido de contribuir de maneira coesa com o todo social, político e econômico. Buscamos evitar nesta convivência o exercício de poder legitimado em discursos unilaterais que deixam de fora as manifestações e participações dos cidadãos.



2.1 O DISTANCIAMENTO ENTRE A LINGUAGEM E O DISCURSO NAS CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS DEMOCRÁTICAS

Os discursos construídos ou constituídos de maneira unilateral, atendendo a interesses de grupos ou pessoas específicas em detrimento dos demais, ou não assegurando ao coletivo majoritário os mesmos benefícios, é um dos aspectos mais relevantes dentre os problemas relacionados à Democracia.

Neste caso, a Democracia deixa de existir, sendo substituída por narrativas manipuladoras, disfarçadas de Democracia.

Quem define muito bem o discurso e linguagem presentes nas narrativas manipuladoras é o autor Hall (2016), quando faz as seguintes diferenciações, afirmando que o discurso constrói o assunto, governa a forma a ser utilizada para que o tema possa ser narrado e “também influencia como as ideias são postas em práticas e usadas para reger a conduta dos outros”, (p.80).

A linguagem, por sua vez, produz o sentido do discurso, ou seja para Hall (2016) a linguagem não é apenas o que se diz, mas o sentido da prática social do que transmitimos em nossa conduta.

Podemos considerar como elemento primordial no discurso sobre Democracia o sentido que ele toma como representação para uma sociedade. Assim, o autor Hall (2016) estabelece que o “[...] conceito de discurso não é sobre se as coisas existem, mas sobre de onde vem o sentido das coisas.” (p.81).

É nesses aspectos que a construção das representações acontece, atingindo os espaços sociais e influenciando a conduta, o pensamento e as ações dos indivíduos.

98

O distanciamento entre as linguagens e os discursos nas construções de narrativas democráticas está relacionado ao sentido que o cidadão estabelece ou encontra entre elas. Assim, se não há sentido para o cidadão, ele afirma que democracia não existe; se há sentido, e isto favorece a um determinado grupo, o cidadão entende que a Democracia é na verdade excludente; mas, se ela vai de encontro com aos seus anseios, então ele entende que a Democracia estaria cumprindo seu papel.

Tal complexidade macula o sentido original e ideológico da Democracia, pelo entendimento de que ela, ou mesmo as ações democráticas, espelham a vontade da maioria, independente de etnia, credo religioso, questões de natureza financeira, e etc.

Não há espaço na episteme “Democracia” para ganhos e vantagens; ou a Democracia existe e se caracteriza e constitui como tal, ou simplesmente não possui existência e o que tem seria apenas uma percepção que nada mais é do que a disputa de poder e de vontades unilaterais, previamente direcionadas a grupos, pessoas e fins, e isto sob o manto da ideia de uma suposta “Democracia” que - neste caso - se tornaria em simples palavreado vazio em seu sentido, ambiente em que estaria fadada a ver reconhecida sua existência mas sem qualquer efeito na vida da única motivação de sua existência: o povo (“*demos*”), que em composição com o termo “*kratia*” (governo, poder) perfazem Democracia; onde não impera a vontade popular não se pode considerar a Democracia como existente.

3 A PESQUISA E A PERCEPÇÕES DE JOVENS SOBRE DEMOCRACIA E SOLIDARIEDADE



3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

Para entender como a percepção sobre democracia é constituída em um grupo e como este grupo se configura na sociedade, foi realizado um estudo, valendo-se de questionário, que coletou dados de 514 jovens, estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, da cidade de Londrina (Paraná).

Os grupos eram étnica e economicamente diversificados, e oriundos de duas escolas públicas e de duas escolas particulares. Parte dos dados coletados aconteceu em maio de 2016. Os adolescentes responderam a diferentes itens relativos às suas percepções em vários contextos entre eles sobre Democracia.

O instrumento de pesquisa, aplicado foi no formato “Likert”, que contava com opções de resposta que variavam entre o número “1” (discordo totalmente) até o número “6” (concordo plenamente), de forma que os estudantes tiveram a oportunidade, dentro de uma escala, de aferir qual seu grau de concordância ou discordância com as afirmações apresentadas. Utilizando uma regressão linear hierárquica para controlar as diferenças demográficas, as construções foram inscritas para prever a percepção dos jovens sobre a temática “Democracia”.

O objetivo do estudo foi avaliar como adolescentes podem estar usando a escola como um modelo interno para a percepção da Democracia e de Solidariedade no contexto em que vive e no mundo em geral.

3.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados foram divididos considerando a natureza constitutiva das escolas: as escolas públicas e as escolas particulares tiveram diferentes preditores indicando o desenvolvimento específico do contexto.

As escolas públicas avaliaram a Democracia e a Solidariedade significativamente pior do que os alunos de escolas particulares; médias e desvios padrão no quadro a seguir:

		Democracia Escolar	Solidariedade Escolar
Pública	Media	3.8006	2.8781
	Desvio Padrão	1.17545	.97954
	N	173	173
Particular	Media	4.4025	3.5184
	Desvio Padrão	1.12743	.99215
	N	340	340
Total	Media	4.1995	3.3025
	Desvio Padrão	1.17766	1.03242
	N	513	513

Podemos observar que a média do desvio padrão entre as escolas públicas e particulares são consideráveis. É maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares.

Tal resultado revela o quanto as questões sociais e econômicas se tornam relevantes no espaço de convívio que deveria ser democrático - escola - e se torna também espaço de legitimação de diferença social e econômica. De acordo com os autores



Flanagan & Stout (2010), as percepções positivas das instituições legais são vitais para o funcionamento de uma sociedade democrática. Aqueles que não podem confiar nesses sistemas estão sujeitos ao medo e à incerteza que corroem o engajamento cívico. Isto se torna algo lamentável e deixa de trazer para a formação do indivíduo uma consciência acerca de sua participação cidadã.

É importante ressaltar que aquilo entendido por “consciência” é a percepção de si e do outro em relação às suas ações e ao mesmo tempo o que se irá construir ao longo do tempo (presente, passado e futuro), espaço e convivência. É no viver e conviver que serão construídas as nossas narrativas, percebendo e dando sentido à presença do outro; assim como devem ser entendidas as questões legais, estabelecidas para a convivência social.

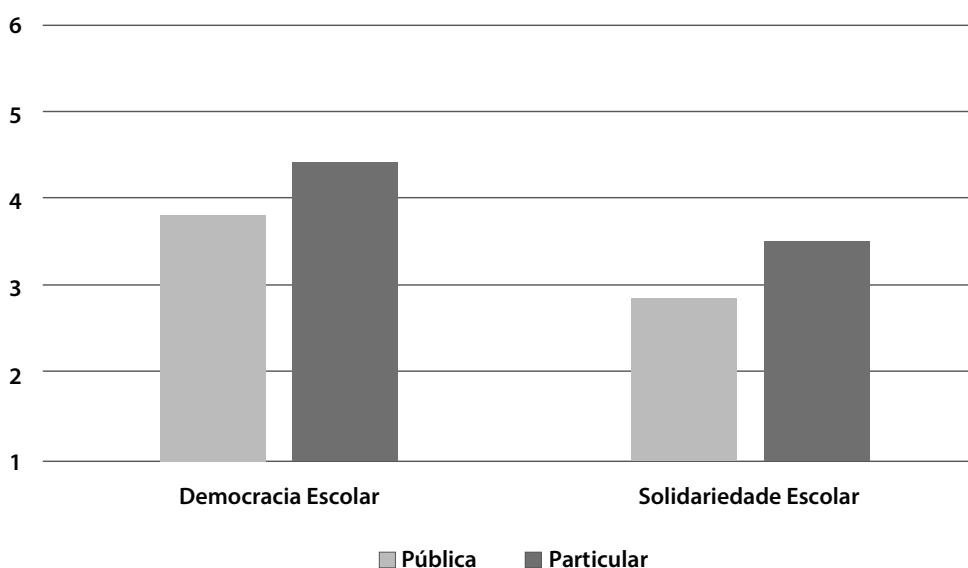
Forquin (2003), afirma que uma geração não é formada apenas por pessoas de mesma idade ou nascidas em uma mesma época; ela se constitui de pessoas que receberam influências educativas, política e cultural, vivenciaram os mesmos eventos, desenvolveram uma experiência comum ou assemelhada.

Tal contexto resulta, ainda nas palavras de Forquin (2003, p.3), no entendimento de que “[...] os elementos de uma consciência de se ter vínculos em comum, o que pode ser chamado de sentimento de geração ou ainda consciência de geração.”

Sendo assim, a juventude é uma época de maior exposição ao mundo em geral e esses jovens estudantes são cidadãos que em breve votarão e tomarão decisões ativas de participação cívica. Por esta razão, é vital entender quais as implicações que a socialização e os modelos de autoridade na escola têm para a sociedade em geral, e como a escola contribui ou não na formação cidadã democrática e solidária.

100

Buscamos demonstrar, através dos dados encontrados e do desvio padrão, quanto o estabelecer um ambiente favorável, a participação e escuta do que o outro tem para dizer, independente de etnia, questões políticas ou sociais, proporciona entendimento de pertencimento a uma sociedade.



Outro dado observado foi a relação Solidariedade e Democracia. O gráfico abaixo revela as diferenças encontradas.

Podemos interpretar os gráficos da seguinte forma: nas escolas públicas a



percepção de Democracia e solidariedade foi inferior em relação às escolas particulares. Porém, ao comparar a solidariedade das duas realidades, percebemos que tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares são inferiores em relação à Democracia; e dentre elas, mais inferior na realidade pública.

As expectativas de Democracia e solidariedade são inevitavelmente influenciadas pela demografia de privilégios, como a espécie de educação (pública ou particular), etnia e *status* socioeconômico, conforme apresentamos.

Uma regressão linear hierárquica foi realizada e a Democracia e a solidariedade escolar predisseram o quanto jovens, membros da comunidade escolar, entendem o mundo como um lugar que também promove justiça.

Quando os alunos não acreditam que as regras da escola são democráticas e não se veem como membros da comunidade escolar, eles podem construir suposições sobre outros domínios com base nas percepções da escola.

O aprender não nos separa de questões subjetivas (vida do sujeito), pois conforme Cerri (2007) nos aponta há, na escola, uma relação dialética com a consciência de si e do grupo num determinado tempo e espaço.

É na linguagem que se apresenta o discurso no qual se constrói articulações entre elementos do contexto de vida. A narrativa ultrapassa o sentido do ato da fala, compreendendo o que está além do presente e pode conquistar autonomia em relação ao seu autor e ao mundo em que surgiu. Conforme afirmamos anteriormente, as linguagens e os discursos sobre Democracia estão relacionados ao sentido que o indivíduo encontra nelas para sua vida. Não é o que se diz, mas o que transmitimos em nossa conduta.

Podemos entender que se o jovem que vive num ambiente, sendo escola ou não, onde há autoritarismo, corrupção, negligência, injustiças, as normas legais e toda espécie de regramento não são cumpridas e respeitadas, e etc., a percepção de Democracia será baixa e a solidariedade acontecerá no nível de caridade e suprimento de necessidades e não no sentido de formação e legado social para as gerações futuras.

Porém, se o ambiente for favorável, onde as normas legais e regras são cumpridas, e que há ausência de hostilidades e de violência, e etc., este jovem encontrará em sua convivência com o outro um sentido maior em sua presença e também na presença do outro.

Para a autora Bittencourt o ensino e o espaço escolar é entendido como aquele em que a

[...] identidade e diferença se complementam para a compreensão do que é ser cidadão e suas reais possibilidades de ação política e de autonomia intelectual no mundo da globalização, em sua capacidade de manter e gerar diferenças econômicas, sociais e culturais como as do nosso país (1998, p.27).

Essa possibilidade apresentada pela autora é que se deve proporcionar ao indivíduo. Ou seja, de maneira democrática, deverá criar autonomia intelectual e responsabilidade para não haver ausência crítica da realidade vivida política e socialmente. As diferenças de cada um deveriam se tornar meios para construir um campo de respeito, sem discriminação e proporcionar autonomia; o passado traz o pano-de-fundo que faz o indivíduo situar-se culturalmente e socialmente no momento atual.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a pesquisa elucidada o que, em senso comum, muitos afirmam acerca das diferenças sociais impactarem na formação do indivíduo.

Buscamos ressaltar o quanto as circunstâncias que cercam esta realidade podem também afetar a concepção e as posturas políticas e sociais no futuro de cada indivíduo.

Outro aspecto que ressaltamos foi o sentido da norma legal e o que ela significa e como é entendida para pessoas e grupos em relação à Democracia e ao Estado Democrático de Direito.

Boa parte do discurso está sendo legitimado, ou deixando de ser por atos de autoridades, e o remete à busca para o cidadão, nesta condição, fazendo valer para si os preceitos democráticos.

Ora, uma vez que tais discursos ocorrem, e devem acontecer, encontramos em outra esfera as práticas de discursos e atos que ferem os princípios democráticos. Ou seja, temos pessoas discursando uma coisa e praticando outra, como é o caso de políticos e de outras autoridades.

Entendemos que tais posturas, ou seja, a prática de discursos unilaterais que atendem ao poder e interesses pessoais não comportam entendimento de Democracia em sua essência, pois esta só acontece quando as práticas não excluem um e outro indivíduo, mas respeita a maioria cidadã, como forma de plenitude do exercício democrático.

102

Ressaltamos que a importância entre a linguagem e o discurso nas construções de narrativas democráticas são necessárias para a legitimação da solidariedade; quando esta linguagem é intencional e cartesiana, apresentando elementos ideológicos de convencimento, atendendo apenas a um grupo com interesses específicos não há margem para um pensamento crítico. O desafio será exatamente este pensamento crítico afetar cidadão e sociedade, e saindo da polarização conseguir enxergar as representações dos grupos sociais.

Sabemos que muitos jovens, na sociedade brasileira, crescem em meio a desigualdades, injustiças, corrupções. Porém, ressaltar que há caminhos possíveis no processo de formação deste jovem para garantir um mínimo de condição cidadã, democrática e solidária no espaço onde convivem é, sem dúvida, um caminho para o fortalecimento da identidade futura de Nação.

Isto deveria ocorrer independente da representação social constituída na sua convivência com o outro, no entanto é importante destacar que as instituições de ensino ou formação integram a sociedade, e as percepções dos jovens resultam também delas, compondo esses indivíduos a agentes sociais que vivem o cotidiano a partir de diversos grupos sociais; não estão isentos de influências e modos de pensar do coletivo social, que podem ser benéficas ou maléficas.

Por isso, as escolas e outros espaços de formação precisam ser priorizados como espaços de convivência democrática e de pertencimento cidadão, criando através de ações práticas a consciência de que as representações coletivas são resultados de muita colaboração entre os grupos.

É neste contexto que o apresentar aos indivíduos a importância e o significado das normas legais, das regras e acordos sociais, para aceitação, convivência e cumprimento possibilita o entendimento do papel do Direito como via de soluções, através da ordem



judicial ou da mediação de conflitos, estabelecendo os meios para atendimento das necessidades legais do cidadão, e esse entendimento é um início da garantia da identidade e papel político na vida do indivíduo.

Somente assim a chamada consciência coletiva passa a existir e a fazer sentido para o todo; lembrando que a colaboração com fins específicos exclui a Democracia e legitima o poder de interesses outros, que não os do povo, e na condição de cidadãos a intenção não é a de ver isto se legitimar.

A busca da liberdade e o seu exercício deve-se iniciar com a maior brevidade na vida do cidadão, e as instituições devem, por sua vez, garantir que este exercício aconteça e seja preservado, considerando a percepção da Democracia e solidariedade, o seu entendimento como parte da vida cidadã e a consequente prática no cotidiano de cada indivíduo e grupos no convívio social, tornando-se realidade, passando a Democracia a ter existência plena na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de Direito Público e Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERRI, Luis Fernando. **Os Conceitos de Consciência Histórica e desafios da Didática da História**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2133/1614>

CONSTANCE, A. Flanagan. STOUT, Michael. **Developmental Patterns of Social Trust between Early and Late Adolescence: Age and School Climate Effects**. J Res Adolesc., 2010.

FORQUIN, Jean-Claude. **Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES, "COMUNICAÇÃO", 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SESC, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro. Ed. PUC- Rio: Apicuri, 2016.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro, R.J. Dp e A editora, 2000.



